

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 11/2012
REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO

- Presidente:** - *Maria Gentil Pontes Vaz*
- Vereadores presentes:** - *Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues*
- *Nuno Manuel M. Pinto de Sousa*
- *José Assunção Lopes Maçaira*
- *João Maria Casado Figueiredo*
- *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
- Membro ausente** - *António José Pires Almor Branco*
- Secretariou:** - *João Paulo Fraga*
Diretor do Depart.º de Administração, Finanças e Modernização (R. S.)
- Hora de Abertura:** - 14.00 Horas
- Ata da Reunião de 16 de abril** - Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.
- Ata da Reunião de 23 de abril** - Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.
- Ata da Reunião de 07 de maio** - Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.
- Outras Presenças:** - *António Maria de Carvalho*
Diretor do Depart.º de Urbanismo e Ordenamento do Território
- *Jorge Eduardo Guedes Marques*
Diretor do Depart.º de Construção, Manutenção e Operação
- Local da Reunião:** - Paços do Concelho – Salão Nobre da Câmara Municipal

Antes da Ordem do Dia

Respostas às questões levantadas na reunião de 26 de março.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Gostaria de perguntar sobre as respostas que têm sido sucessivamente adiadas, às questões levantadas por mim na reunião de Câmara de 26 de Março, relativamente à Tecsam e às contrapartidas negociadas pela Câmara Municipal de Mirandela. Já há alguns meses que coloquei as questões, estamos num Estado de Direito e por isso era importante que houvesse uma resposta. Relativamente às entidades participadas, a AIN, o Metro, ficaram de entregar um dossier.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir disse: Esse dossier encontra-se em fase final de conclusão e poderá eventualmente ainda hoje ser entregue.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente à Tecsam, e sobre esta ausência de resposta, não sei se a Senhora Vice-Presidente tem alguma informação sobre isso?

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* respondeu: Não. A indicação que tenho do Senhor Presidente é que qualquer questão que fosse colocada e dirigida a ele, na próxima reunião de Câmara responderia.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Responde por escrito, só que depois as respostas não chegam o que também é de estranhar, porque na cultura democrática é de bom-tom responder às questões que são colocadas, até porque existem aqui algumas questões também jurídicas, que era importante esclarecer.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Farei chegar ao Senhor Presidente essa mensagem o qual entenderá fazer o que achar por melhor.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Produtos de qualidade.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: O apoio à organização da fileira dos produtos hortícolas e frutícolas do concelho, é de facto um tema muito importante que convém ser referido e promovido aqui "Antes da Ordem do Dia".

A agricultura foi desde sempre um setor que devíamos ter apoiado mais, melhor e de forma mais profissional. A estratégia em torno de novas organizações deve ser, promoção dos produtos e dos produtores e não como muitas vezes acontece, uma forma encapotada e politizada, algumas vezes fortemente partidarizada.

Por isso, felicito a união de produtores em torno desta fileira, fazendo votos para que possa crescer de forma empresarial e com gestão autónoma e independente, tendo como único objetivo o lucro para os nossos agricultores e a promoção dos nossos produtos de qualidade.

O concelho de Mirandela tem responsabilidades neste setor, há cinquenta anos, desde 1962, o Engenheiro *Camilo Mendonça*, um visionário, sediou no nosso concelho, no Cachão, freguesia de Frechas, um núcleo de concentração, transformação e comercialização de produtos agrícolas. Esse sonho concretizado, foi um motor de desenvolvimento do concelho, permitindo a fixação de muitos técnicos que por força do seu empreendedorismo, foram criando novas empresas e um dinamismo acrescido em Mirandela.

Mirandela foi e ainda se mantém um pólo empresarial muito ativo no distrito, com micro empresas e PME, onde a capacidade privada se vai destacando.

Pena é que esta mais-valia não tenha sido convenientemente aproveitada também pelos nossos governantes locais e também nacionais. Refiro-me por exemplo, à cessação da redução de IRC às nossas empresas, eliminando uma medida de discriminação positiva e ainda o aumento de 13% de Iva para 23% na restauração e também nos produtos regionais como a alheira de Mirandela, tão importante para a nossa economia local.

Outra questão a este propósito que não posso deixar passar, é de questionar o Senhor Presidente, ainda presidente da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro, sobre uma questão quanto a mim pertinente, e que tem a ver com a certificação dos produtos.

Em igualdade de circunstâncias, se tivesse de escolher uma empresa, associação ou entidade com sede em Mirandela que cria postos de trabalho na nossa terra e uma entidade que presta rigorosamente os mesmos serviços mas tem sede em Lisboa, qual escolheria? Isto porque, como presidente da AOTAD, poderá optar por uma entidade certificadora, não interessa para o caso qual, com sede em Lisboa, quando temos aqui em Mirandela a “Tradição e Qualidade” que certifica a grande maioria de produtos do distrito.

Porquê? Como? E quais são as perspetivas para as nossas entidades?

Temos de acarinhar o que é nosso e promover a nossa terra e o emprego dos nossos jovens. Esta é mais uma questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente, mas como não está presente, não poderá responder.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Papeleira.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Gostaria de fazer referência para ver se o Município podia colocar na rua perpendicular ao Tribunal, onde está localizado um Multibanco, fazia todo o sentido colocar lá uma papeleira.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Acesso à Escola do 1.º Ciclo de Carvalhais.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Em termos de pavimento no acesso à Escola do 1.º Ciclo em Carvalhais, na entrada do parque de estacionamento há uma data de buracos e era conveniente que colocassem lá um pavimento, para que as pessoas não danifiquem as suas viaturas.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Irei alertar o Senhor Presidente para as preocupações expostas pelo Senhor Vereador que são realmente pertinentes.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Transportes Escolares.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Esta semana que passou saiu uma nota de imprensa do Senhor Presidente relativamente à questão de não haver verba para transportes no próximo ano escolar. Não faz qualquer sentido, quando há uns anos atrás a educação era uma aposta deste Município, penso que foi na altura devidamente ponderado o seu custo/benefício, como é que agora se vem a alarmar a população relativamente à questão de não haver dinheiro para transportes?!

Fiquei bastante alarmado relativamente a isso.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: A questão dos transportes escolares tem a ver com o prazo de pagamento obrigatório ao abrigo da Lei dos Compromissos, a partir do momento em que o Presidente assina uma requisição tem-se noventa dias para se proceder ao pagamento e com as questões financeiras que o Município está a passar, será quase impossível o Presidente da Câmara assumir o compromisso de que vai pagar após noventa dias os transportes escolares.

Nós temos um deficit dos transportes escolares demasiado grande e está nas mãos do Senhor Presidente dizer se se vai fazer ou não, porque ao abrigo da Lei dos Compromissos o Presidente pessoalmente é o responsável. Neste momento não será fácil a Câmara Municipal dizer que vai pagar noventa dias após o prazo de vencimento da fatura.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: A Lei dos Compromissos é para todos e quaisquer documentos que cheguem à Câmara.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: O maior deficit que o Município de Mirandela tem é os transportes escolares.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: As Águas de Trás-os-Montes também.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: As Águas de Trás-os-Montes é outro assunto.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: A Associação de Municípios.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não é a mesma coisa.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Em termos de Município nós temos um descalabro financeiro em quase todas as áreas.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não, em três áreas, não é em todas as áreas, é em três.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Mas essas três áreas têm um grande impacto.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: São três áreas apenas, Águas de Trás-os-Montes, a Resíduos e os transportes escolares, mais nenhuma.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: E será que quanto aos transportes escolares foi estudada uma forma de tentar reduzir aos custos e às deslocações?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Está a ser estudada a possibilidade da própria Câmara enverdar por outro caminho em relação aos transportes escolares.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: E qual é esse caminho?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Isso terá de ser o Presidente da Câmara a falar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: É a Câmara assumir os transportes.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Isso vai ao encontro do que um deputado da Assembleia Municipal tem vindo a salientar, que os transportes que a Câmara tem poderiam efetivamente estar mais ao serviço da comunidade, do que andarem aí sem paragens de autocarro, andam aí de um lado para o outro.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Já pagam agora.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Penso que se estão a referir aos transportes urbanos.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Eu sei, mas podem ser transformados para transportar...

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Eu continuo a pensar que se estão a referir aos transportes urbanos, pois transporte escolar é diferente de transporte urbano. O que estamos aqui a tratar é de transportes escolares de alunos provenientes do meio rural e não dos transportes urbanos.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Que a uma hora têm de estar em determinada escola e à mesma hora tem de estar noutra escola.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Eu compreendo tudo isso, quem definiu o mapa das escolas a manter abertas foi a Câmara Municipal, aliás, foram vocês.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Na primeira fase da reorganização foi o Ministério da Educação.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: A primeira reorganização, a segunda reorganização e por aí fora, obviamente há parâmetros que têm de ser cumpridos, para agrupar esses alunos, porque não podemos ter turmas de apenas 10 alunos ou 8, naturalmente tem de ser com mais alunos. Mas essa escolha foi vossa e algumas dessas opções tomadas vocês quiseram mantê-las por estratégia política, por estratégia política, alguns Presidentes de Junta mantê-los contentes, mantendo lá uma escola, isto é facto porque está na Carta Educativa numa das cópias, em que os dados estatísticos sobre o número de alunos foram fornecidos pelas Juntas, não foram fornecidos pela DREN, o que eu acho isso caricato, como por exemplo a Junta do Romeu.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* perguntou: Os dados recolhidos foram fornecidos pelos Agrupamentos de Escola, pois as Juntas de Freguesia tinham apenas o número de alunos da Freguesia. Na Carta Educativa não consta esse tipo de informação. Os Agrupamentos, no entanto, podem ter solicitado dados às Juntas de Freguesia para nos fazerem chegar a previsão dos mesmos.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* respondeu: Acho isso algo estranho, como é que um Presidente de Junta consegue definir o número de alunos que se prevê para o ano seguinte e os que tem em detrimento das entidades educativas, mas isso são pormenores importantes que faz também com que se criem rotas viárias se calhar desnecessárias.

Se o Centro Escolar, não da forma como vocês pretendem de mil crianças agrupadas num só edifício, mas se tivéssemos uma rede de pequenos pólos espalhados pelo concelho, como eu sempre defendi escolas comunitárias, certamente que hoje teríamos apesar de tudo uma rede de transportes escolares mas bastante mais reduzida em termos de custos, do que está a acontecer e vai continuar a acontecer.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Isso só demonstra a falta de estratégia em prol dos interesses do concelho, porque de facto os interesses eleitorais são sempre superiores aos interesses do próprio concelho e é de lamentar porque o legado que fica é pesado para as pessoas e de facto aquilo que conseguimos aperceber-nos do lado de cá, isto é, como a maioria dos mirandenses sabe e sente, é que existe uma gestão sem objetivos e sem propósitos.

Depois diz-se que não há dinheiro para transportes e eu imagino um pai de um aluno de uma freguesia, a preocupação que poderá ter e a instabilidade que isso cria no seio familiar, ainda mais dadas as circunstâncias difíceis que toda a gente vive hoje em dia. Acho que também é nossa obrigação dar segurança às pessoas. Isto só se faz gerindo bem e planeando as coisas como deve ser, não é andar a tapar buracos como têm feito até aqui, porque não dá para tudo, paga-se muito caro e o problema é que não é só o Executivo, pagamos todos com impostos e com taxas, que custa muito às famílias do concelho.

É de lamentar porque isto não é tratado com a seriedade e com o profissionalismo que devia ser, ainda por cima porque são gerações futuras que vão pagar isto tudo, no país e aqui em Mirandela.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: A escola do Cachão está a funcionar como escola?

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* respondeu: Está. É uma escola do 1.º ciclo.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSE MAÇAIRA* disse: Se há pessoa preocupada com as escolas e com o meio rural sou eu, os Senhores Vereadores se calhar não sabem quantas escolas estão abertas no meio rural e quanto custa ir a uma determinada localidade.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: A propósito do encerramento, aquando da reorganização da rede escolar, o Ministério da Educação decidiu encerrar por fases atendendo às características e contextos de cada uma delas, como por exemplo estado dos edifícios escolares, número de salas e distâncias até às escolas de acolhimento.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Foi política da Câmara.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Foi decisão do Ministério da Educação, tendo havido também, como é evidente, articulação entre a Câmara Municipal e a DREN. Como referi anteriormente, esta decisão foi devidamente fundamentada, tendo em conta o número de alunos, isto é, as escolas encerrariam desde que tivessem menos de vinte e um alunos à exceção das que se situavam nas fronteiras do concelho ou que não tinham condições para funcionar como é o caso das que tinham apenas uma sala. Romeu é fronteira com Macedo de Cavaleiros, tal como Abreiro que faz fronteira com Vila Flor. É evidente que o Executivo em permanência de então lutou para que os alunos das suas escolas não fossem obrigados a frequentar escolas dos outros concelhos, como apontava a legislação, o que para tal implicou manter as escolas com reduzido número de alunos abertas ou acolhidas noutras próximas mas sempre dentro do concelho de Mirandela.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Mas nós não podemos encarar isso como sendo um mal menor.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Não, simplesmente na altura foi estipulado um prazo record para serem elaborados quer a Carta Educativa quer a reorganização da rede escolar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: O mal está em chegarmos a este ano letivo e haver a possibilidade de não haver transportes escolares. Qual vai ser a solução?

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Quanto a esse assunto ainda não me posso pronunciar, uma vez que ainda não decisões. No entanto, continua a decorrer o concurso dos transportes escolares para o ano lectivo de 2012/2013.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Fiz referência a esta nota de imprensa porque é de facto alarmante e este problema não se resolve aqui, resolve-se no Ministério da Educação, eles não podem só cortar, o que eu queria ouvir de vocês e que fazia todo o sentido, era que dissessem assim, como outras questões que eu já trouxe relativamente à Associação de Municípios, às Águas de Trás-os-Montes, tratamento em alta e de águas residuais, era o seguinte: São assuntos que preocupam os pequenos e médios municípios, mais ainda os que estão no interior, porque têm uma variabilidade muito grande com as que estão no litoral e o que eu queria ouvir dizer e que houvesse um consenso era para "bater o pé" ao Governo, porque são eles que têm de olhar para a interioridade e dizer: "tudo bem, algumas medidas não pode ser chapa cinco, porque o país não é todo igual", eles não

nos podem tirar tudo, tiram-nos a percentagem dos 10% do IRC e passamos a pagar 25%, aumentam-nos as tarifas todas, isto está completamente desgovernado e não pode ser.

Quando eu digo aqui, a educação foi uma aposta desta Câmara, pois foi, se calhar e reconhecidamente mal tomada, mas foi tomada e agora vai-se ter de andar para trás e andar não se chega aqui e dizer, fechamos esta e aquela escola, não pode ser só isso, temos de "bater o pé" ao Governo central e dizer não pode ser, também é preciso saber qual é o peso que este concelho e este distrito tem politicamente. Porque se até aqui ninguém se lembrava de nós, a frase "o Governo esqueceu-se completamente de Trás-os-Montes", vamos agora tentar perante este novo Governo, que nos ajudem e nos resolvam as situações, porque são caóticas. Olhamos para as contas da Câmara todos os anos e meus amigos, é tudo a descambar, desde os transportes, a recolha de lixo, a Associação de Municípios, tratamento de águas de abastecimento, é tudo. Se não fosse a empregabilidade que o Município dispõe então ainda estaríamos pior, estávamos desertificados.

Acho alarmante e acho que o Estado central tem de ter uma palavra importantíssima a dizer, quanto nisto, quanto na recuperação, porque volto a repetir e nunca mais hei de deixar de o dizer, o Saneamento Financeiro no meu ponto de vista é um erro, não é essa a medida que vai resolver os problemas aos pequenos e médios municípios.

É alarmante, é uma preocupação, mas não é para ser decidido aqui, é importante estes aspetos serem focados aqui em reunião de Câmara, mas o mais importante é que haja um consenso dentro desta Câmara para se resolver através do Governo central, porque isto não se resolve sem dinheiro.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Pedido de Alteração Pontual da Data da Reunião de Câmara.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Como é do vosso conhecimento, estive ausente na última reunião de Câmara por motivos pessoais e naturalmente também não irei participar na aprovação dessa ata, contudo queria de alguma forma agradecer a disponibilidade que o Executivo teve na altura e ao Eng.º *João Casado*, quando falamos de forma informal na Assembleia Municipal de abril, sobre a possibilidade de adiar para o dia seguinte essa mesma reunião, dada a situação muito particular, agradeço essa disponibilidade, contudo entendi depois não formalizar esse pedido porque já está definida uma data para estas reuniões e atendendo à dimensão da Agenda, achei que não justificava fazer esse pedido de alteração.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obras no acesso ao parque de estacionamento junto ao Nicho de São Sebastião.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Foi um assunto que eu trouxe à reunião de Câmara em fevereiro e naturalmente queria fazer um agradecimento a todos os funcionários, técnicos superiores, não querendo deixar ninguém de fora, o Eng.º *Rui Fernandes*, que foi a pessoa que de alguma forma esteve mais direta e estivemos no local a verificar algumas medidas, agradecer a todos os que estiveram envolvidos na execução desta obra de remodelação da entrada, que apesar de tudo, nós compreendemos que este acesso nasceu algo torto e com esta intervenção, que já tinha sido solicitada no mandato anterior, conseguiu-se minimizar os efeitos e tem resultado até à data, evitando que veículos estacionem naquela entrada e criem congestionamento à entrada do parque.

Felicito também o Senhor Diretor do DCMO, pela celeridade que deu a este pedido e ao Executivo, porque de facto demonstrou estar atento a um problema que já vinha de trás.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Relatórios de Contas das Entidades Participadas.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Em relação aos relatórios de contas que estão em atraso, solicitei quando da declaração de voto da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mirandela, um conjunto de relatórios das entidades em que a Câmara faz parte como sócia e quero-vos dizer que estão em incumprimento da lei do Direito da Oposição, principalmente e naturalmente espero que todos esses relatórios me sejam entregues, pelos menos a mim, mas julgo que também será ao PS, sejam entregues antes da próxima reunião de Câmara, porque caso contrário terei de tomar outras diligências e poderão ser algo desagradáveis depois para alguém.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Queria dar os meus parabéns à Escola Agrícola de Carvalhais, pela sua III Semana de Desenvolvimento Rural e de Empreendedorismo, que para além de ser uma mostra do que melhor se faz também nessa escola na área da agricultura, foi também um intercâmbio e partilha de experiências entre as várias escolas que participaram, escolas que vieram do litoral, escolas que inclusive vieram do estrangeiro e naturalmente também da Escola de Turismo e Hotelaria, que também se envolveu durante essa semana com uma atividade num desses dias.

Estão de parabéns e é de louvar este género de iniciativas e há que promover estes eventos. Para além da nossa região, para demonstrar que de facto o ensino profissional da nossa região tem qualidade e deve ser apoiado.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Exposição “A Outra Face da Pedra”.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Quero felicitar os alunos e os professores de EVT da Escola Luciano Cordeiro, que estiveram envolvidos nesta iniciativa muito interessante, onde aliaram a pintura à pedra, resultando nessa exposição que de facto tinha um nome muito original “A Outra Face da Pedra”.

Teve lugar no passado 18 de maio, também foi interessante o Executivo ter aceite a inauguração nesse dia porque era o Dia Internacional dos Museus, foi uma excelente iniciativa, muito participada quer por alunos, quer por pais e acho que isso só veio dignificar o papel dos nossos professores, principalmente hoje que de alguma forma face aos processos de austeridade que o país está a atravessar, estão a ver as suas vidas algo condicionadas, com um futuro muito negro, principalmente algumas disciplinas, como é o caso das disciplinas de EVT que vão ver o seu horário reduzido, lamentavelmente. Isto fruto como sabem das circunstâncias adversas a qualquer Governo, porque nenhum dirigente político, nenhum ministro ousaria tomar as medidas que estão a tomar se pudessem evitá-las, se tivessem capacidade financeira para manter a situação anterior.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Faço minhas palavras do Sr. Vereador Nuno Sousa, quanto à EPA – Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, Semana do Desenvolvimento Rural e Empreendedorismo com actividades muito interessantes quer para o concelho de Mirandela, quer para as escolas que nos visitaram de outros concelhos. Quero também realçar o sucesso da exposição “A Outra Face da Pedra” e agradecer à direcção da Escola Luciano Cordeiro e em especial às professoras *Fernanda* e *Lúcia* pois foram elas as mentoras desta actividade.

O Município não fez mais que a sua obrigação, de disponibilizar todos os recursos quer materiais quer humanos contribuindo para que a mesma atingisse a dignidade que merecia dado o empenho dos alunos e professores.

Queria ainda felicitar no âmbito desta actividade a colaboração da turma do 9.º E da Escola Secundária de Mirandela, que numa parceria perfeita, fez uma brilhante interacção com o público e uma vez mais nos surpreendeu pela positiva com o seu trabalho e talento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Seminário “As Assembleias Municipais e a Reforma do Poder Local”

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Queria chamar a atenção e pedia à Senhora Vice-Presidente o seguinte: Eu recebi uns e-mails relativamente ao seminário que vai decorrer no dia 26 de maio e naturalmente queria manifestar o seguinte, da primeira vez que recebi o e-mail apenas apareciam aqui treze estabelecimentos de restauração e sei que na sequência de uma exigência por escrito de um estabelecimento de restauração aqui da cidade, bastante conhecido, sei que agora mudaram o folheto, fizeram a devida correção e colocaram todos os estabelecimentos de restauração de Mirandela, inseriram mais duas páginas com duas colunas.

Ainda bem que se lembraram de fazer isso, porque entendo que não pode haver restaurantes de primeira e restaurantes de segunda, para estes eventos que a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal neste caso, está a fomentar.

Acho que foi pena por um lado terem de ser alertados por um estabelecimento de restauração para o facto, mas ainda bem que tiveram esse discernimento de não ostracizar os outros estabelecimentos de restauração, incluindo-os também e dando assim, a oportunidade aos participantes desse seminário de optarem pelos sítios onde queiram ir almoçar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: A única informação que eu tenho é que por lapso não foram enviadas pelo GACIP duas das páginas em relação a todos os restaurantes existentes, no entanto acho que o Senhor Vereador tem toda a razão, pois de facto houve uma falha.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Estudo desenvolvido pelo gabinete “Quatenaire” para o Centro Tecnológico.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Gostaria de apresentar o seguinte requerimento:

“Assunto: Estudo desenvolvido pelo gabinete “Quatenaire” para o Centro Tecnológico.

O Relatório de Prestação de Contas de 2011, refere a execução de um Ajuste Direto ao gabinete “QUATENAIRE”, no valor de 130.680,00€, datado de 07.03.2008, com a designação de “Assistência Técnica ao Desenvolvimento de um Centro Tecnológico”.

Por conseguinte e no âmbito do assunto atrás referido, o Vereador do CDS/PP em regime de não permanência, vem requerer a V. Exa., cópia dos seguintes documentos:

- Cópia das consultas efetuadas às empresas ou gabinetes, credenciados para desenvolver este género de estudos, e que levou à escolha da empresa acima referida;
- Cópia do estudo técnico desenvolvido do Centro Tecnológico.

Solicitava ainda, o seguinte esclarecimento:

- Qual o motivo que justificou a adoção do modelo de ajuste direto, em detrimento de outros modelos de contratação de serviços, nomeadamente, concursos públicos, etc.

Sem outro assunto, e com os mais respeitosos cumprimentos,
O Vereador do CDS/PP da Câmara Municipal de Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Parecer Jurídico da ANMP referente à “Proposta de Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal ao abrigo da LCPA.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Quanto ao parecer jurídico da Associação Nacional de Municípios quero apresentar o seguinte requerimento:

“Assunto: Parecer Jurídico da ANMP referente à “Proposta de Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal ao abrigo da LCPA”.

O Vereador do CDS/PP em regime de não permanência, vem requerer a V. Exa., cópia do parecer jurídico da ANMP, referente à proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da AMM, apresentada a este órgão autárquico, na reunião ordinária de 16 de abril de 2012.

Sem outro assunto, e com os mais respeitosos cumprimentos,
O Vereador do CDS/PP da Câmara Municipal de Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Cópia da Planta de Implantação do Acesso Oeste à A4

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* apresentou o seguinte requerimento:

“Assunto: Cópia da Planta de Implantação do Acesso Oeste à A4.

O Vereador do CDS/PP em regime de não permanência, vem requerer a V. Exa., cópia da planta de implantação ou similar, que identifique a localização e tratamento urbanístico do último estudo desenvolvido para o acesso oeste à A4.

Sem outro assunto, e com os mais respeitosos cumprimentos,
O Vereador do CDS/PP da Câmara Municipal de Mirandela”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obra do Lar Residencial da APPACDM.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Já pude numa reunião anterior informar este Executivo de que esta obra corria o risco de parar, devido ao incumprimento de pagamentos desta Câmara em relação a um compromisso que assumi a 25 de março de 2009, em que deu entrada um requerimento da APPACDM para a medida 6.12 do POPH, que solicitava um apoio de 25% de um total de 769.200,00€00 (setecentos e sessenta e nove mil e duzentos euros), para a construção de um lar residencial.

O que ficou deliberado foi que caso essa candidatura viesse aprovada a Câmara pagaria 192.300€00 (cento e noventa e dois mil e trezentos mil euros), que correspondiam aos 25% dessa obra.

Por fazer parte dos órgãos sociais dessa instituição, não participei na deliberação tendo-me ausentado da sala, mas a deliberação foi por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para os fins solicitados, ficando este condicionado à aprovação da candidatura, a candidatura foi aprovada naturalmente o subsídio é acionado.

O que está a acontecer e segundo pude ser informado da última assembleia geral da APPACDM, é que a Câmara propõe que a instituição assuma um empréstimo bancário com uma representação bancária local, por esse valor, apresentando depois a essa instituição bancária uma carta de conforto, ou seja, a instituição acaba por ter de assumir um compromisso, uma instituição que é uma IPSS e que tem alguma dificuldade financeira como todas as outras IPSSS, mas que procura fazer um bom trabalho de solidariedade, principalmente para aqueles que mais necessitam, que são as pessoas com deficiência mental e naturalmente o que a Câmara Municipal propõe é que essa instituição assuma um compromisso bancário de contração de um empréstimo, onde a Câmara Municipal apenas entrega uma carta de conforto e a instituição é obrigada de alguma forma a por como hipoteca o edifício que já está construído, o edifício do CAO – Centro de Atividades Ocupacionais.

O que eu lamentavelmente, como Vereador e até como uma pessoa muito ligada a esta IPSS como sou ligado a outras, considero isso um ato repudiável e inaceitável por parte do Município, obrigar a IPSS a assumir um compromisso que a Câmara Municipal assumiu aqui. Porque para efeitos eleitorais a Câmara assumiu esse compromisso aqui e hoje a Câmara teve e tem tido oportunidade através dos autos que tem vindo a receber, de resolver este pagamento de forma mais faseada em vez de entregar um bolo de 192.300,00€ (cento e noventa e dois mil e trezentos euros) a essa entidade.

Quero manifestar aqui a minha discordância a esta atitude e a esta posição que a Câmara está a tomar e espero efetivamente que venha a recuar nessa posição e que assuma os seus compromissos, como assume com outras instituições desta terra, sem nunca ter de alguma forma colocado essas instituições a terem de penhorar para conseguirem eventualmente o empréstimo o edifício principal, que já existe e que está em funcionamento, quanto muito se quisessem colocar isso como parte da hipoteca, poderiam pelo menos colocar o edifício que está em construção, agora colocar o edifício que está em funcionamento, não concordo com isso, aliás, não concordo com a posição da Câmara Municipal de apresentar apenas uma carta de conforto. A Câmara deve sim, efetivamente se quiser que a instituição assuma esse compromisso, tem de assumir algo mais do que apenas uma carta de conforto.

A Câmara Municipal tem de assumir uma deliberação aqui em reunião, de que vai efetuar o pagamento desse subsídio, incluindo as respetivas taxas de juros, para que a instituição não seja penalizada, isso se a instituição também aceitar ir por esse caminho.

Fica registado em ata, a minha discordância relativamente a esta postura que a Câmara Municipal está a ter.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Desde início do processo que tenho acompanhado e estou muito por dentro das questões sociais e de tudo o que envolve a APPACDM, tenho acompanhado estas questões de outras instituições sociais, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia, Bombeiros Voluntários da Torre, Lar do Romeu, por isso sei muito bem do que falo...

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: E tiveram cartas de conforto?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Sei muito bem do que falo, sei as vezes que me tenho deslocado a instituições financeiras para resolver a questão, sei muito bem que a única forma de o resolver, de acordo com as regras que foram criadas e que a Câmara não teve condições de alterar e digo isso relacionado com uma obra em si, a obra em si o Senhor Vereador Nuno de Sousa sabe muito bem que têm três anos para a executar e a compensação dos 25% é anual, não é toda de uma vez, é anual.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Claro, por isso é que eu falei no pagamento de autos.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não, mas o valor dos autos não tem nada a ver com a comparticipação, a Câmara assumiu a comparticipação nacional dos 25% conforme o pagamento do POPH, os 25%, não a totalidade dos autos, não é isso que estamos a falar.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Desculpe, os autos vão para baixo e o POPH liberta a verba correspondente.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: De acordo com a programação da obra.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: De acordo com o que foi efetuado e a Câmara limita-se a receber os autos e a não fazer pagamento nenhum e a Segurança Social neste momento já chamou várias vezes a atenção sobre isto.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: De acordo com a programação do POPH, este programa não antecipa verbas.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Não adianta verbas, faz o pagamento mediante o recibo.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* perguntou: Senhor Vereador, se a obra acabar este ano o POPH paga a comparticipação de 2013? Não. Isso será pago em 2013.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* respondeu: Vai-lhe pagar mediante os autos e isso vai ser em 2013. se a obra acabar em dezembro o pagamento é efetuado em janeiro ou fevereiro de 2013.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* perguntou: Se a obra acabar em dezembro de 2012, o POPH paga-lhe a comparticipação de 2013.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* respondeu: Não há comparticipação de 2013, porque a obra tem de estar concluída a dezembro de 2012.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: O POPH assumiu pagar em 2013, veja o cronograma.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: O Cronograma é de 2009 a 2012.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Veja o cronograma e a Câmara assumiu pagar de acordo com a comparticipação nacional. Mas há outra questão, a obra andou muito mais rápido do que o que estava previsto.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Pelo contrário, neste momento está com dois 2 meses de atraso e tem a ver com esse facto.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não tem nada, se quiser ter uma reunião com o empreiteiro, eu estou à vontade.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Estou eu à vontade e se calhar o empreiteiro vai-lhe dar algumas novidades.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Ou ao Senhor Vereador.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: A mim não de certeza.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Da mesma forma que fizemos com outras instituições, a APPACDM foi chamada à Câmara, para fazermos exactamente o que fizemos com a Santa Casa da Misericórdia, com os Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama e com o Lar Residencial do Romeu.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Com a Santa Casa relativamente a quê?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Referente ao Lar de São Pedro Velho.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: E qual é a comparticipação da Câmara nesse Lar?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Foi de os subsídios que atribui na altura de duzentos e tal mil euros.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Qual era o valor da obra?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Não havia comparticipação, a Câmara assumiu pagar a totalidade.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Essa obra nem está comparticipada?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não estamos a falar da mesma coisa, estamos a falar da comparticipação da Câmara.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Estamos entendidos, "filhos de um Deus menor" e "filhos de um Deus maior".

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não, dois pesos e duas medidas, aqui é assim, não há tratamento igualitário, já não me surpreende que seja assim.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: A Câmara atribuiu um subsídio à Santa Casa da Misericórdia, ao Lar do Romeu e aos Bombeiros da Torre, à Santa Casa dependendo do POPH, ao Lar do Romeu dependendo do POPH e agora à APPACDM dependendo do POPH, às outras duas não houve comparticipação do POPH e na APPACDM houve comparticipação do POPH, a única diferença é que agora a Câmara tem de pagar apenas os 25%, mais nada, aos outros teve de pagar os 100%.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: O que eu vou deduzir desta conversa é que a Câmara vai influenciar a instituição para assumir o compromisso e penhorar o CAO como pagamento do empréstimo, está assumido.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não está assumido, nestas três candidaturas a Câmara disse, se querem o dinheiro todo é possível fazê-lo e isso está a ser feito, há três anos com a Santa Casa com uma carta de compromisso e a Câmara tem pago regularmente o empréstimo, a Santa Casa pagou zero e é isso que nós queremos com a APPACDM, se querem a totalidade do empréstimo.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Senhor Vereador, a carta de compromisso! Se a coisa correr mal isso não vale nada.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* perguntou: Então porque é que os bancos a aceitam?

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Qual é o banco?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Todos aceitam a carta de compromisso.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Se calhar alguns não aceitam.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: A Caixa Agrícola aceita, o BPI aceita.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: A caixa de Crédito Agrícola.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: E o BES aceita. Sabe de onde são os outros dois, são do BES, a carta de conforto chega.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Tudo bem, se vocês influenciarem e enveredarem por esse caminho, apresentem aqui, da mesma forma como se fazia no passado, uma proposta para uma deliberação de aprovação do pagamento mensal, ou trimestral, ou o que seja, no valor de X para que a instituição possa entregar isso junto da entidade bancária.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: A entidade bancária não precisa disso.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Para sermos transparentes, tomamos essa decisão aqui e agora, estou certo que até por unanimidade.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Sabe o que está a acontecer, a obra pode parar por causa dessas questões.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Não está atrasada por estas questões, está atrasada porque vocês não estão a cumprir o calendário de pagamentos. Até podemos já redigir uma proposta e por unanimidade inclui-la aqui, podemos já redigi-la.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não se inclui nada na reunião de Câmara sem o Senhor Presidente estar presente.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Muito bem, então deixo aqui o pedido, na próxima reunião de Câmara apresentem um pedido de pagamentos relativamente à questão.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Senhora Vice-Presidente substitui, não é preciso o Senhor Presidente estar presente.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Essa questão foi tratada com o Senhor Presidente.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não, para todas as questões e mais algumas não é preciso, está cá a Vice-Presidente.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Houve uma deliberação em que o Senhor Vereador não participou, mas os restantes sabem, que foi uma alteração da deliberação da reunião de Câmara relacionada com a Santa Casa da Misericórdia, os Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama e o Lar do Romeu, por causa de situações dessas, mas não tem a ver com a obrigatoriedade do pagamento.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Não, isso foi o subsídio atribuído a essas instituições, nós concordamos, foi no final do ano e o que nos foi dito em reunião de Câmara e eu vou citar, "a Câmara entendeu participar as obras".

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: É o caso deste.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: É muito diferente.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: As obras e na altura até se mencionou se teria a ver com projetos.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: É exatamente igual, vá para o terreno Senhor Vereador e vai ver que é exatamente igual.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Não, não é, primeiro de tudo, a APPACDM fez algo que as outras instituições deveriam ter feito, dar início à obra depois de aprovada a candidatura, deu o exemplo a muitas outras IPSS e instituições aqui da região, que avançam para obras sem terem a fonte de financiamento assegurada, porque sabem que têm a proteção desta Câmara e deste Executivo.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: A APPACDM também sabe disso.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Não parece, vocês estão a querer condicioná-la com a hipoteca do CAO como pagamento.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Aos outros aconteceu a mesma coisa.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Aos outros aconteceu igual?

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: A maior parte das coletividades estão todas com uma situação financeira desastrosa por causa da Câmara Municipal e de promessas adiadas.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Os Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama também hipotecaram o edifício?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Sim.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: A Santa Casa da Misericórdia hipotecou o edifício?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Sim.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Mas hipotecou o Lar que estava em construção.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Não, tem de estar construído, o Senhor Vereador não anda no terreno, quarta-feira vai haver uma assembleia geral onde vai estar presente o Senhor Presidente ou eu.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Se calhar vai estar lá mais gente.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Há pessoas que andam aqui para resolver os problemas, outras andam para os criar.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Já tem criado alguns problemas.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Tem razão no que diz, quem tem criado os problemas são vocês e quem tem de tentar procurar resolvê-los somos nós.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Há muitas instituições e coletividades com situações de rutura financeira à espera de financiamento da Câmara Municipal, em que a situação é dramática.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não conheço nenhuma.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não conhece porque não anda no terreno.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Eu ando no terreno, mas já agora diga-me quais são as instituições.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sabe tão bem quais são, eu não lhe vou dizer, sabe melhor que eu quais são e sabe os aborrecimentos que tem tido por causa disso, está toda a gente a pedir-lhe dinheiro à porta.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Eu já registei a minha posição.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: Na próxima reunião se assim o entender poderá formular uma proposta que vá de encontro à sua pretensão.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Eu não tenho nada de formular nenhuma proposta, vocês é que querem avançar com essa proposta, por isso apresentem-na aqui, eu até quero o contrário, quero que a Câmara Municipal assuma pagar diretamente à instituição.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Lista de Dívidas a Fornecedores locais.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: A entrega de uma listagem com o total de dívidas a fornecedores locais, proposta que fiz na última reunião de Câmara em que foi dito que seria trazida a esta reunião, não apareceu.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação do Senhor Presidente.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Está omissa, mas o Senhor Presidente saberá depois explicar, a sua presença em alguns eventos, dos quais eu tive a oportunidade de estar presente e não constam da informação. Ou de facto foi por lapso, ou então não foi conveniente. Não consta a presença do Senhor Presidente na "Semana do Empreendedorismo", não consta a presença da Dr.ª Gentil na "Feira da Cereja", em Mascarenhas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Justificação de Faltas.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *GENTIL VAZ* disse: O Senhor Presidente não pode estar presente por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Senhor Presidente.

01/02 – Aprovação da ata de 16 de abril.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião do passado dia 16 de abril de 2012.

01/03 – Aprovação da ata de 23 de abril.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião do passado dia 23 de abril de 2012.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

01/04 – Aprovação da ata de 07 de maio.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião do passado dia 07 de maio de 2012.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DUOT – SO de Obras Particulares e Loteamentos.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 14 de maio, pelo Senhor Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 08/2012

Para cumprimento do ponto 3, artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de abril a 14 de maio de 2012.

Licenciamentos Deferidos

- 24/11 – Carlos Alberto Meireles – Construção de uma casa de campo – Chelas – Cabanelas;
- 25/11 – Carlos Alberto Meireles – Reconstrução de uma casa de campo – Chelas – Cabanelas;
- 26/11 – Carlos Alberto Meireles – reabilitação de edifício para turismo no espaço rural – Chelas – Cabanelas;
- 33/11 – José Joaquim Correia – Construção de um armazém agrícola – Lugar de Listas – Avidagos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 09/2012

Para cumprimento do ponto 3, artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 abril a 14 de maio de 2012.

Autorizações de Utilização Deferidas

- 21/12 – José Vilela da Silva – Habitação – Cachão;
- 22/12 – Marília da cunha Madureira Osório Girão e outra – Habitação – rua da Eira dos Cides-Mirandela;
- 24/12 – Vita residence, Lda – Lar de Idosos – rua dos Barreiros, nº1210 – Carvalhais;
- 25/12 – Francisco José Clemente Sousa – Habitação fração B –Retiro da Princesa do Tua, Lote 28 – Mirandela;
- 26/12 – Filomena do Amparo Teixeira Jaime – Habitação fração B – Retiro da Princesa do Tua, lote 28 – Mirandela;
- 27/12 – Leonel Venâncio Pires – Arrumos agrícolas – Lugar das Lagoas – Vale de telhas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DCMO – SO de Obras Municipais.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 16 de maio, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/03 – DAFM – SO de Taxas e Licenças.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 03 de maio, pelo Senhor Vereador Manuel Rodrigues que a seguir se transcrevem:

Informação n.º 15/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 02 de janeiro de 2012, foram concedidas as seguintes Licenças de Publicidade, durante o mês de abril 2012:

Titular	Tipo de Publicidade	Local
Multieyes Portugal Unipessoal	Reclamo Luminoso (4m ²)	Mirandela
Marcolino Augusto	Reclamo Luminoso (2m ²)	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 16/SOTAL

Informo V. Ex.ª, que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 02 de janeiro de 2012, foram emitidos e renovados os seguintes cartões para o exercício da atividade de Vendedor Ambulante durante o mês de abril/2012.

Renovações

Nome	Artigos	Residência
Carolina das Neves Friães R. Tiago	Frutas, Hortaliças e Mercarias	Valpaços
José Joaquim Taboada Lazaro	Hortaliças	Carvalho de Egas

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 17/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 02 de janeiro de 2012, foram concedidos terrenos para sepultura por 50 anos durante o mês de abril /2012.

Nome	Residência	Cemitério
Inês de Jesus Xavier Teixeira	Mirandela	Golfeiras

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 18/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 02 de janeiro de 2012, foram concedidas as seguintes Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro, durante o mês de abril de 2012.

Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
F. B. Diversões, Lda.	Bar Açude	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Bola Dourada	Mirandela

Licenças de Festividade e de Ruído

Nome do Requerente	Localidade	Licença
Circo Soledad Cardinalli Lda.	Mirandela	Itinerante
Circo Soledad Cardinalli Lda.	Mirandela	Ruído
Comissão de Festas de Nossa Senhora da Encarnação	Mirandela	Festividade
Comissão de Festas de Nossa Senhora da Encarnação	Mirandela	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 19/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 02 de janeiro de 2012, foram concedidos os seguintes horários de funcionamento durante o mês de abril/2012.

Nome	Tipo de Estabelecimento	Localidade
Ótica Flávia Soc. de Comer. de Produtos Óticos	Venda de Produtos Óticos	Mirandela
Maria Adelaide Teixeira	Venda Têxteis	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 20/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 02 de janeiro de 2012, foram autorizados os seguintes averbamentos de licença de táxi, durante o mês de abril 2012.

Licença n.º	Titular	Residência
14	Táxis Auto Tucla, Lda.	Eivados

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03 – Proposta de Ratificação – Decisão de Contração de Empréstimo para Saneamento Financeiro do Município.

----- Foi presente uma proposta subscrita pelo Senhor Vereador Dr. José Maçaira em 15/05/2012, com o seguinte teor:

“PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO

Assunto: Decisão de Contração de Empréstimo para Saneamento Financeiro do Município

Handwritten initials and signature

Por meu Despacho de 14 de novembro de 2011, considerando a necessidade imperiosa de efetuar a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros da autarquia, situação só possível de concretizar mediante a contratação de um empréstimo, pelo que no sentido de se obterem eventuais propostas para um eventual financiamento por parte das instituições de crédito, determinei, em conformidade com o disposto no n.º 4 do art.º 38 e n.º 1 do art.º 40 ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais) e no n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, para efeitos de saneamento financeiro do Município, que se procedesse de imediato à correspondente consulta nas condições aí estipuladas.

No entanto, nos termos da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto – *Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia*, é determinado no art.º 19 n.º 1 que, para além de outros elementos exigidos, os processos relativos a contratos de empréstimo das Autarquias Locais devem ser instruídos com cópia da Deliberação do órgão executivo relativa à decisão de contrair o empréstimo – *cfr. alínea a*).

Nesta conformidade, sem recurso a doutas considerações doutrinárias, **propõe-se ao Executivo Municipal a ratificação da decisão de contratação do empréstimo para saneamento financeiro do Município**, sendo certo que nos termos da alínea c) da supra citada Resolução – *Deliberações dos órgãos deliberativo e executivo relativas à autorização ou aprovação da contratação do empréstimo*, foi submetido à reunião ordinária de 19 de dezembro de 2011 da Câmara Municipal o ponto 03 – *Aprovação da Contratação de Empréstimo Bancário ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro*, tendo o Executivo Municipal deliberado, por maioria, com três abstenções (duas dos Vereadores do PS, Dr.ª *Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues* e Eng.º *João Maria Casado Figueiredo* e uma da Vereadora do CDS/PP, Dr.ª *Maria da Graça Faria Calejo Pires*) e quatro votos a favor dos membros do PSD (Dr. *José Maria Lopes Silvano*, Eng.º *António José Pires Almor Branco*, Dr.ª *Maria Gentil Pontes Vaz* e Dr. *José Assunção Lopes Maçaira*), aprovar a Contratação de Empréstimo Bancário nos termos propostos pela Comissão de Abertura e Análise das Propostas.”

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Em relação a este ponto e julgo que também vem um pouco interligado com os dois assuntos que vieram na anterior reunião, fora da Ordem de Trabalhos, mas antes de falar sobre esta questão gostaria que me explicassem em concreto se os assuntos da passada reunião de Câmara foram só assim apresentados, consoante os documentos que me disponibilizaram ou houve alguma proposta a acompanhar?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Foram só esses documentos.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Eu não sei qual é a diferença da cláusula.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir disse: Trata-se da alteração da cláusula sétima e oitava do contrato celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola, uma vez que a redação desse clausulado não foi a mais adequada, tendo sido utilizada a expressão “consignação”, a qual não é legalmente possível de efetuar conforme previsto na Lei das Finanças Locais. Nesta conformidade, a sugestão que demos à Caixa de Crédito Agrícola, foi que adotasse a redação do contrato da Caixa Geral de Depósitos, o que de facto se verificou, com a supressão dessa cláusula, deixa de existir o ponto 7.2.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Esta listagem da Caixa de Crédito Agrícola já foi atualizada?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* respondeu: Foram as duas, as da Caixa de Crédito Agrícola e as Caixa Geral de depósitos.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Aquilo que já foi aprovado e veio aqui à reunião de Câmara, as listagens que vieram aqui com a assinatura e com a declaração de compromisso assumida pelo Presidente da Câmara.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Isso não é a mesma coisa.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Não é a mesma coisa? Então as listagens que já vieram são as dívidas que iam declarar ao Estado e estas listagens são apenas as dívidas que vão ser pagas. Qual é o critério de seleção? Porque é que para um empréstimo vão umas e para outro empréstimo vão outras?

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir respondeu: As entidades bancárias, nomeadamente, a Caixa Geral de Depósitos, utilizando uma posição de supremacia, fez vincar que clientes com os quais já tivesse relacionamento institucional seriam os prioritários.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Claro, “pescadinha de rabo na boca”!

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. *João Fraga*, autorizado a intervir disse: relativamente à Caixa de Crédito Agrícola o Município de Mirandela tomou em consideração os fornecedores de Mirandela.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *JÚLIA RODRIGUES* disse: Grande parte, ou seja, 71% é para três fornecedores.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: No âmbito queria apresentar o seguinte requerimento:

“Assunto: Cópia das respostas enviadas pelas instituições bancárias, convidadas a apresentar propostas para a contratação de um empréstimo de 10 milhões de euros pela Câmara Municipal.

Considerando que foi solicitado por despacho de 14.11.2011, exarado pelo Vereador, Dr. José Maçaira, o convite a várias instituições bancárias, com o propósito da Câmara Municipal contrair um empréstimo bancário no valor de 10 milhões de euros, o Vereador do CDS/PP em regime de não permanência, vem requerer a V. Exa., cópia das respostas enviadas pelas instituições bancárias e de crédito, convidadas a apresentar propostas para a contração de um empréstimo de 10 milhões de euros.

Sem outro assunto, e com os mais respeitosos cumprimentos,

O Vereador do CDS/PP da Câmara Municipal de Mirandela.”

Relativamente a esta ratificação, gostaria que me explicassem, porque fui ver a Resolução 14/2011, de 16 de agosto, e é a Resolução do Tribunal de Contas que estabelece os critérios para a preparação deste processo.

Em dezembro de 2011, vocês aprovaram aqui e depois na Assembleia Municipal um pedido de Saneamento Financeiro, para um intervalo entre 2006 e 2010, ficando 2011 de fora. Isso obrigou naturalmente, em fevereiro ou março a vir novo Plano de Saneamento Financeiro para incluir as contas de 2011 e por sua vez foi à Assembleia Municipal para nova deliberação.

O que eu não compreendo é porque é que temos de ratificar uma deliberação que de alguma forma já caducou? Porque se há um novo Plano de Saneamento Financeiro, uma nova deliberação na Assembleia Municipal que inclui o ano de 2011, para que é que vamos ratificar uma deliberação que tem a ver com um intervalo financeiro que não corresponde ao que está a ser enviado para o Tribunal de Contas e para o qual estamos a contrair o empréstimo?

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. João Fraga, autorizado a intervir respondeu: Relativamente a este procedimento e de acordo com a Resolução 14/2011, de 16 de agosto, a mesma não altera em nada os procedimentos de consulta relativamente à anterior Resolução.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Mas relativamente a isto?

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. João Fraga, autorizado a intervir respondeu: Sim, não altera em nada relativamente aos documentos a enviar. Esta decisão de contração do empréstimo deveria ter sido deliberada em reunião de Câmara, existindo uma diferença, entre a decisão de contrair e a decisão de contratar, se bem que no âmbito da decisão de contratar, fica consolidada a decisão de contrair, a qual deveria ter sido deliberada pelo Executivo. Esta proposta de ratificação não está relacionada com a contratação, mas sim com a decisão de contrair ou de contração. Os momentos são diferentes e penso que o momento posterior da aprovação da contratação salvaguarda a situação que foi iniciada por despacho do Senhor Vereador. Ou seja, por Despacho de 14 de novembro de 2011, foi iniciado um procedimento de consulta às entidades bancárias, sendo que a autorização dessa consulta deveria ter sido deliberada pelo Executivo Municipal.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Então porque é que não veio na altura?

----- O Senhor Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Modernização (Reg. Subs.) Dr. João Fraga, autorizado a intervir respondeu: Não veio porque os procedimentos que tinham sido utilizados em idênticos procedimentos de consulta nunca foram submetidos a deliberação do Executivo Municipal, identificando-se esta exigência como uma redundância legal.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não deve ser nenhuma redundância se está a ser pedido pelo Tribunal de Contas.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: A partir do momento em que se aprovam os empréstimos está aprovada a abertura do concurso.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: A redundância é esta, é que vocês quiseram tomar uma decisão possivelmente sem “passar cavaco” aqui ao Executivo, porque sabiam que isto é uma matéria muito melindrosa para vocês, que é a questão do Saneamento financeiro, mas vocês já foram alertados para outra ilegalidade, que também resulta da legislação que está em vigor.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Vamos ver.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não faz sentido o que o Senhor Diretor do Departamento está a dizer, relativamente ao Tribunal de Contas estar a querer adiar isto, o Tribunal de Contas com “jeitinho” até vai aprovar, não só a vocês, mas a muitas outras Câmaras que estão no mesmo barco, com “jeitinho” e cometendo uma ilegalidade, lá irão encontrar um subterfúgio numa jurisprudência qualquer, para aceitar a vossa situação apenas com duas propostas financeiras, porque o que a Lei de financiamento diz, é que tem de haver pelo menos três propostas, nem que a terceira proposta fosse de zero euros. Está tão explícito na Lei.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Este assunto não tem nada a ver com isso.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Isso era o melhor que poderia acontecer ao Município de Mirandela, era o Tribunal de Contas chumbar o Plano e o Estado pagar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: O que me preocupa é que já e segundo o que eu percebi destes e-mail's, os contratos já estão assinados.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: É obrigatório.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* disse: Sem haver esta ratificação, sem haver aprovação do Tribunal de Contas. Isto foi aprovado relativamente à contração de um empréstimo referente a um Plano de Saneamento Financeiro 2006/2010, a questão é que houve uma alteração do Plano de Saneamento Financeiro, passou a ser 2011 inclusive, não deveria vir aqui de novo a aprovação de todo o processo?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não, isto é só para o futuro, é o empréstimo que está à espera do visto do Tribunal de Contas, do empréstimo da Caixa de Crédito Agrícola e da Caixa Geral de Depósitos.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: O processo não deveria ser um novo processo?

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não é obrigatório, uma coisa retifica a outra.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Eu na altura disse isto ao então Presidente da Câmara, Dr. *José Silvano*, "não faz sentido este Saneamento Financeiro, porque ainda não estão cá as contas de 2011" e depois também mencionei que não seria um Saneamento Financeiro de dez milhões de euros, seria apenas de sete milhões e seiscentos mil euros, uma vez que a banca apenas nos empresta esse valor e por isso não fazia sentido no Saneamento Financeiro continuasse a vir referências relativas a dívidas que não iam pagar, agora se é a palavra contratação se não é.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MAÇAIRA* disse: Não tem nada a ver com isso, tem a ver com a ratificação da abertura do processo de concurso.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções (duas dos membros do PS Dr.ª Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues e Eng.º João Maria Casado Figueiredo e uma do membro do CDS/PP, Arq.º Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa) e três votos a favor dos membros do PSD (Dr.ª Maria Gentil Pontes Vaz, Dr. José Assunção Lopes Maçaira e Dr. Manuel Carlos Pereira Rodrigues), aprovar a ratificação da decisão de contração do empréstimo para saneamento financeiro do Município, conforme proposto.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO

04 – D.F.P. – Subunidade Orgânica de Contabilidade e Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 17 de maio de 2012 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	1.068.923,17€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>901.658,61€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.970.581,78€
DOCUMENTOS-----	125.241,80€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – D.F.P. – SO de Aprovisionamento e Património – Autorizações de Despesa Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 10/DFP-SA-RC de 18/05/2012 da Divisão Financeira e Patrimonial:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 04 de maio de 2012 a 17 de maio de 2012, foram efetuadas as Requisições com os n.ºs 692 a 719, 721 a 858, 860 a 910 perfazendo o valor total de 244.591,33€.

Nome do Responsável	Valores em Euros
António José Pires Almor Branco	6.752,88
Maria Gentil Pontes Vaz	7.186,54
José Assunção Lopes Maçaira	37.714,86
Manuel Carlos Pereira Rodrigues	192.937,05
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00€	236.353,97
Requisições de valor superior a 200,00€	8.237,36

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Relativamente a estas requisições o Senhor Vereador Manuel Rodrigues consegue dizer a que se referem?

----- O Senhor Vereador Dr. *MA NUEL RODRIGUES* respondeu: Têm a ver com vários serviços, serviços de obras, serviços de desposto.

----- O Senhor Vereador Arq.º *NUNO DE SOUSA* perguntou: Tem essa relação?

----- O Senhor Vereador Dr. *MANUEL RODRIGUES* respondeu: Posso-lhe fazer chegar.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – D.F.P. – SO de Contabilidade e Tesouraria – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 10/DAFM-DEP de 18/05/2012 que a seguir se transcreve:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido 04 de maio de 2012 a 17 de maio de 2012, foram efetuadas as seguintes autorizações de pagamento:

DESCRIÇÃO	Valores em Euros
Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas	1.276.114,48€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	128.753,81€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Mapas.

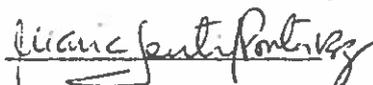
----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Está a faltar o mapa que eu solicitei, dos espaços públicos e das zonas de cedência dos loteamentos, para ver o que está jardinado e o que não está, o que está ocupado e o que não está ocupado, de toda a cidade.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de janeiro, a qual vai assinada pela Senhora Vice-Presidente e por mim *Fras*, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 15 horas e 30 minutos.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal;


Maria Gentil Pontes Vaz

O Diretor do D.A.F.M. (Reg. Subst.);


João Paulo Fraga